

Proposta de Darcy acende debate sobre modelo da educação no país

Relator apresenta substitutivo, chama projeto da Câmara de "monstruosidade", recebe críticas de Távola e enfrenta abaixo-assinado para restabelecer proposta de Cid Sabóia

"Uma monstruosidade". Esta foi a classificação que o senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), na qualidade de relator, deu ao projeto de lei da Câmara que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, conhecido como LDB. Para o senador, o modelo educacional adotado pelo projeto da Câmara mantém o modelo atual com todos os seus defeitos e atraso.

Ao apresentar, ontem, à Comissão de Educação, seu parecer sobre as emendas oferecidas à matéria em plenário, Darcy considerou "mentira feia" as acusações de que seu substitutivo institui o ensino



Na Comissão de Educação, senadores discutem LDB

pago ou a privatização do ensino público.

Das 57 emendas de plenário, Darcy aceitou 50. O presidente da comissão, senador Roberto Requião (PMDB-PR), concedeu vistas coletivas do parecer por cinco dias e marcou nova reunião para a próxima quinta-feira (dia 29).

O senador Arthur da Távola (PSDB-RJ) chamou de "inverdade descomunal" a afirmação de Darcy Ribeiro de que o projeto da Câmara mantém o atual modelo educacional. Távola disse ter testemunhado o trabalho desenvolvido na Câmara, e que politicamente não lhe parecia bom que o projeto possa retornar à Câmara com o rótulo de "monstruosidade".

Respondendo a Távola, Darcy Ribeiro explicou que não esperassem dele que fosse habilidoso ou político, "porque eu não sei ser".

Marina já recolheu 80 mil assinaturas

A senadora Marina Silva (PT-AC) anunciou ontem que já recolheu 80 mil assinaturas da comunidade educacional de todo o país, em abaixo-assinado, reivindicando que o substitutivo de autoria do então senador Cid Sabóia de Carvalho ao projeto de lei de diretrizes e bases da educação (LDB) seja a proposta definitiva para o setor. Essa proposta, segundo Marina, corresponde aos anseios do meio educacional.

Emendas recriam o IPMF

Página 4

Castelinho homenageado pelo Senado

Página 2

Estoques de alimentos sob investigação

Página 3

Empresários aplaudem atuação do Congresso

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem a empresários que foram cumprimentado pelo desempenho alcançado pelo Congresso na tramitação das reformas constitucionais que as últimas votações assinalaram uma grande transformação no panorama político do país, que vem gerando repercussões favoráveis, não só em nível interno, mas também internacionalmente.

Segundo Sarney, a mudança ocorreu a partir da sintonia entre Legislativo e Executivo, acompanhada de uma avaliação realista a respeito da condução das reformas, que resultou na decisão de evitar os enfrentamentos, votando primeiro as emendas da Ordem Econômica, para as quais existia



Sarney disse a empresários que a reforma está sendo bem conduzida

maioria.

O senador creditou ao presidente Fernando Henrique Cardoso a capacidade de promover a estabilidade política, que, a seu ver, era a primeira e mais importante das iniciativas, a partir da qual criou-se uma abertura para resolver os gra-

ves problemas enfrentados pelo país.

Compareceram à audiência dirigentes das confederações patronais, coordenadas por Jorge Gerdau Johannpeter, que preside o Conselho da Ação Empresarial, e o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN).

Aprovada indicação de embaixadores

A indicação do diplomata Francisco Thompson Flores Neto para exercer o cargo de embaixador brasileiro no Vaticano foi aprovada ontem, após sabatina, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a comissão também aprovou a indicação da embaixadora do Brasil na Rússia, Thereza Maria Machado Quintella, para exercer, cumulativamente, o mesmo cargo em dois outros países: Armênia e Bielo-Rússia.

Carlos Castello Branco homenageado pelo Senado



O Plenário do Senado presta homenagem a Castelhino

“Ao homenagear Carlos Castello Branco, o Senado Federal apenas cumpre com o seu dever, ressaltando e revivendo a memória do grande jornalista e político”. A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney, no encerramento da sessão especial, realizada na manhã de ontem, em memória do jornalista morto há dois anos.

Os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) foram à tribuna para exaltar a atuação de Carlos Castello Branco, que celebrou como espaço nobre da imprensa diária brasileira a “Coluna do Castello”, publicada desde 1963 no “Jornal do Brasil”.

Ronaldo Cunha Lima afirmou que Castello “personificou o democrático e cotidiano respeito à cidadania”.

Para o senador Sérgio Machado, a história de Carlos Castello Branco é a própria História do Brasil.

O senador Antonio Carlos Magalhães disse que Carlos Castello Branco foi o mais isento e influente dos jornalistas brasileiros.

Compareceram à sessão especial a viúva do jornalista, Elvia Lordello Castello Branco, o vice-presidente da República, Marco Maciel, parlamentares, jornalistas, amigos e familiares do homenageado.

Incentivo fiscal concentra renda, alerta Suplicy

A maioria dos incentivos fiscais, créditos subsidiados e renúncias de receita, na opinião do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), tem representado sempre uma nova oportunidade de ampliar os ganhos das camadas mais ricas da população. Ele acredita que, apesar da justificativa de que benefícios fiscais criam mais empregos, a experiência demonstra que esses mecanismos têm sido concentradores de renda e de riqueza.

- Ao longo de décadas - afirmou Suplicy - temos tido inúmeros instrumentos para tentar criar o desenvolvimento. Precisamos pensar se esses mecanismos, de fato, são coerentes com a melhoria da distribuição da riqueza no País.

Avicultores pedem imposto menor para combater fome

Uma comissão de empresários em avicultura foi recebida ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem foi feita uma exposição sobre a situação do setor, e apresentadas reivindicações a serem examinadas quando da votação da reforma tributária pelo Congresso, especialmente a redução dos impostos que incidem sobre a comercialização do frango e outros produtos.

Segundo a justificativa dos avicultores, a aplicação de impostos excessivos sobre alimentos é injusta num país onde estima-se que 40 milhões de pessoas passam fome, e os dados disponíveis demonstrariam que a tribu-

tação está funcionando como um redutor do consumo.

Os empresários - Heitor José Muller, Roberto Melo Pinto, José Carlos Teixeira, Cláudio Martins e João Tomelin - compareceram à audiência acompanhados pelo deputado Roberto Pessoa. Eles enfatizaram também a necessidade de inclusão da avicultura entre as atividades que recebem subsídios e financiamentos de estímulo à produção, e a execução de um plano de redução de custos do transporte de milho, principal insumo utilizado no setor, que garanta o abastecimento do cereal em todo o país.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

9h - Preside Sessão Ordinária do Senado Federal.

11h - recebe o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Marcos Vilela.

16h30 - Participa do Encontro Nacional da Unafisco Sindical. Local: Hotel Vila Rica - Av. D. Pedro II, 299 - São Luis.

PLENÁRIO

9h - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: “Propostas de Emenda à Constituição nºs 29, que abre às empresas privadas a exploração de gás canalizado (quarta sessão de discussão em primeiro turno); 32/95, que dispõe sobre empresa nacional; e 33/95, que abre a navegação de cabotagem a navios de bandeira estrangeira (as duas últimas: terceira sessão de discussão em primeiro turno).



Pedro Simon

Simon propõe negociação da reforma

O recesso parlamentar é uma oportunidade para o Senado estabelecer o diálogo e a negociação em torno das reformas na Constituição. A proposta foi defendida ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que sugeriu a realização de audiências públicas em julho para esclarecimento da sociedade e superação do maniqueísmo das posições sobre as reformas econômicas.

Simon repudiou avaliações que atribuam a defesa das reformas a mudanças pessoais de posição política ou até mesmo de caráter e criticou a esquerda, que teria se recusado a sentar na mesa de negociações durante a tramitação das emendas constitucionais na Câmara.

Em aparte, Jefferson Peres (PSDB-AM) criticou o diálogo de surdos que teria ocorrido na Câmara e defendeu menos ideologia, menos paixão e mais maturidade. Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) enfatizou que é preciso superar o maniqueísmo.

Para Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), é preciso fazer justiça à Câmara, que teria discutido as reformas e cumprido seu dever.

Roberto Freire (PPS-PE) acentuou que o Senado poderá debater as reformas em profundidade, enquanto Gilvan Borges (PMDB-AP) disse que as posições extremadas não teriam mais sentido.

Começa investigação dos estoques oficiais de alimentos

Levantamento marca início dos trabalhos de nova comissão permanente do Senado destinada a fiscalizar a administração

Uma CPI permanente, com poderes de comissão de inquérito e a disposição de recolher denúncias e investigar todas as irregularidades que forem cometidas com o dinheiro público. Este papel será desempenhado pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), conforme declarou ontem o seu presidente, senador Edison Lobão (PFL-MA).

A comissão aprovou ontem um programa de trabalho prevendo a realização de auditorias nos estoques reguladores do governo, com apoio do TCU (Tribunal de Contas da União), além da apuração de denúncias do ex-ministro Ciro Gomes relacionadas a sonegação de



Edison Lobão



Gilberto Miranda

impostos por parte das montadoras de automóveis.

Também foi aprovado o programa de trabalho para este ano e fixado calendário das reuniões: sempre às quintas-feiras, às 10h30. A CFC acolheu ainda proposta para a imediata formação de uma subcomissão encarregada de analisar quatro temas estratégicos para o desenvolvimento

nacional.

Essa subcomissão terá Gilberto Miranda (PMDB-AM) com a responsabilidade de avaliar a questão das telecomunicações, Antonio Carlos Valadares (PP-SE) encarregado de analisar a área de petróleo e gás, Coutinho Jorge (PMDB-PA)

incumbido de estudar o problema dos transportes e Carlos Patrocínio (PFL-TO) com a tarefa de apresentar relatório sobre o setor de energia elétrica.

O programa de trabalho da Comissão de Fiscalização e Controle neste ano foi elaborado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PP-SE) e teve como relator o senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

Recesso não interromperá o levantamento de obras paradas

Obra pública que se encontra paralisada é uma grande fonte de corrupção. A advertência foi feita ontem pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE), presidente da Comissão Especial sobre Obras Inacabadas do governo federal, acrescentando que "corrupção maior é a obra que, iniciada há 20 ou 30 anos, não está gerando qualquer benefício ao povo brasileiro".

Constituída por sete senadores, a comissão já recebeu respostas de aproximadamente 1 mil prefeitos de todo o país, que em menos de 30 dias informaram sobre as obras federais que se encontram paradas em seus municípios.

Carlos Wilson acredita que até o final do mês de julho a

comissão terá recebido informações dos quase cinco mil municípios brasileiros. Esclareceu o senador que os dados serão levados ao presidente da



Carlos Wilson

República, para que providências sejam tomadas o mais rapidamente possível.

O recesso parlamentar de julho não irá interromper os trabalhos da comissão, informou Carlos Wilson, ao dirigir apelo aos prefeitos "das cidadezinhas

mais distantes" do país, no sentido de que enviem à Comissão Especial, através do fax (061) 311-3606, as informações solicitadas sobre as obras federais paralisadas. "Assim poderemos dar uma colaboração muito grande a esses municípios", disse.

Souto é aprovado para o TCU

O Senado aprovou na tarde de ontem, por 51 votos a favor, três contra e três abstenções, a indicação do deputado Humberto Souto (PFL-MG) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. A indicação de Souto foi feita pela Câmara dos Deputados.

Também foi aprovado projeto que altera o artigo 45 do Código Civil, de modo a permitir a renúncia do mandato judicial pelo advogado, desde que manifeste sua decisão formalmente ao juiz. O projeto vai à sanção presidencial.

O relator da matéria, senador Bernardo Cabral (AM), líder do PP, argumentou que se a relação processual exige que se estabeleçam documentos para a legitimidade da representação do advogado, nada mais justo que, ao renunciar, o profissional obedeça ao mesmo tipo de formalidade.

Jonas Pinheiro lamenta morte de colonizador

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lamentou ontem em plenário a morte do colonizador Ênio Pipino, que fundou onze cidades no oeste do Paraná e cinco no norte de Mato Grosso, inclusive o município de Sinop. Pipino morreu de ataque cardíaco na semana passada.

-Ele foi um colonizador com ampla visão do futuro e desempenhou um papel fundamental no processo de ocupação do norte de Mato Grosso. Não foi somente um colonizador. Foi um verdadeiro bandeirante do século vinte - afirmou.

Suassuna repudia declaração de petroleiro

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considera uma ameaça extremamente grave a afirmação do presidente da Federação Única dos Petroleiros, Antonio Carlos Spis, de que o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria andar nas ruas com um colete a prova de balas. Suassuna recomendou ao presidente da República que ingresse com uma representação contra o petroleiro junto à Procuradoria-Geral da República.

-Esse cidadão está conclamando a população contra o presidente Fernando Henrique Cardoso - afirmou o senador. -Trata-se de uma ameaça inaceitável, que deve ser rechaçada por todas as lideranças políticas do País.

A VOLTA DO IPMF

Emenda de Valadares destina verba à saúde

Com o apoio de mais da metade dos senadores, o senador Antonio Carlos Valadares (PP-SE) apresentou ontem proposta de emenda constitucional que cria uma contribuição social de 0,25% sobre movimentação financeira, ao estilo do antigo IPMF, destinada unicamente a financiar programas de saúde.

A contribuição, que poderá entrar em vigor ainda neste ano se aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República, destinaria anu-



Valadares

almente R\$ 6 bilhões ao Ministério da Saúde. Teria a vigência pelo prazo máximo de dois anos. Segundo Valadares, a União gasta atualmente com o custeio da saúde cerca de R\$ 600 milhões, uma quantia elevada, mas pequena quando dividida por toda a população do país. O senador acrescentou:

- O Brasil é a décima economia do mundo - disse Valadares -, mas ocupa o 74º lugar quando se trata de aplicar recursos públicos na saúde.

Kleinübing propõe resgatar dívida interna

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) apresentou proposta de emenda constitucional destinada a liquidar a dívida pública interna do Brasil em quatro anos, mediante a recriação do Imposto sobre Movimentação Financeira e a proibição de que

União, estados e municípios contratem empréstimos de curto prazo. Kleinübing acha que sua proposta é melhor do que um IPMF somente para financiar saúde, porque aliviaria os governos de encargos financeiros.

-Pela minha proposta de



Kleinübing

emenda, os governos só poderão pegar empréstimos de longo prazo de entidades como BID, Banco Mundial, e apenas para projetos específicos. Nada de novos títulos públicos. Com apoio do IPMF, em quatro anos a dívida pública estaria liquidada e haveria recursos fartos para aplicação em saúde e educação. É melhor do que um imposto apenas para custeio de saúde - explicou Kleinübing.

O novo IPMF seria de 0,25 por cento sobre cada cheque emitido.



José Ignácio Ferreira

Ignácio defende trabalhoda CNEC na educação

A crise no sistema de ensino do país só não é mais grave graças ao trabalho desenvolvido pela Campanha Nacional de Escolas de Comunidade (CNEC), afirmou o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), ao exaltar "o mais expressivo movimento de educação comunitária da América Latina".

Há mais de meio século, destacou o senador, a CNEC vem combatendo o "câncer da ignorância e impedindo que seus tentáculos se espalhem indiscriminadamente pelo território nacional".

Após ressaltar a importância da CNEC, criada em Recife em 29 de julho de 1943, por Felipe Tiago Gomes, José Ignácio lamentou que no Brasil existam 30 milhões de analfabetos, ou seja, 20% da população marginalizados do setor produtivo da sociedade e condenados a uma existência sem perspectiva.

José Ignácio observou que os números mais trágicos da crise educacional concentram-se no Nordeste, onde o alto índice de analfabetismo "apresenta todos os sintomas de uma epidemia cristalizada", uma vez que 68% das crianças, de 7 a 9 anos, estão fora da escola.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.